



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Projeto da Ata N.º 6/2022

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu-se no Salão Nobre da Reitoria – Largo do Paço, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.** Aprovação da ata n.º 4/2022, referente à reunião plenária de 22 de abril 2022;
- 2.** Informação sobre as diligências e os contactos efetuados relativos ao financiamento da UMinho;
- 3.** Emolumentos associados ao requerimento de provas públicas conducentes à atribuição do grau de Doutor - pedido de esclarecimento;
- 4.** Proposta de alteração à deliberação do Conselho Geral sobre a fixação do valor das propinas dos cursos conferentes de grau para o ano letivo de 2022/2023;
- 5.** Informações relativas às Contas Separadas da UMinho 2021;
- 6.** Apreciação do Relatório de Atividades e aprovação das Contas Consolidadas da UMinho 2021, acompanhadas do parecer do Fiscal Único;
- 7.** Apreciação do Relatório de Atividades e Contas dos Serviços de Ação Social da UMinho 2021;
- 8.** Apreciação da possibilidade de auscultação do Professor Nuno Sousa, na sequência da sua demissão do cargo de Presidente da Escola de Medicina.

Estiveram presentes o(a)s Conselheiro(a)s, Maria Joana Raposo Marques Vidal, que presidiu a reunião, Ana João Gomes Rodrigues, Ana Margarida Silva Gonçalves, André Francisco Soares Carvalho Alves Teixeira, Isabel Maria Costa Soares, Joana Rodrigues Arantes Silva, Joaquim Agostinho Castro de Freitas, Luís António Martins Santos, Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal, Manuela da Assunção Borges Vaz Soares, Marta Alexandra Teixeira Mestre, Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio e Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Participaram por videoconferência o(a)s Conselheiro(a)s Nuno Miguel Dias Cerca, Patrícia Espinheira Sá Maciel, Tiago José Quinteiros Lopes Henriques da Silva, Ricardo Duarte Faria Lopes e Rui Jorge Machado Oliveira. Justificaram a ausência o(a)s Conselheiro(a)s, Ángel Maria Carracedo Álvarez, António Carlos Fernandes Rodrigues, Delfina Rosa Rocha Gomes, João Manuel Cardoso Rosas e Tiago Filipe Silva Miranda. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo I).

No ponto prévio à ordem do dia, a Presidente informou que, face à necessidade de adiamento da reunião plenária prevista para o dia 1 de julho, e tendo em consideração as disponibilidades demonstradas pelos membros do Conselho, a próxima reunião plenária realizar-se-ia no dia 22 de julho, às 10h00.

O Conselheiro Victor Soares informou o Conselho que iria dinamizar uma ação dirigida fundamentalmente aos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão, e com a previsão de realização no dia 7 de julho, para, em sede do processo de revisão dos Estatutos da UMinho, debater a proposta de aumento da representatividade deste corpo no Senado Académico e no Conselho Geral, assim como a alteração da designação a ele associada nos atuais Estatutos e o reconhecimento da Comissão de Trabalhadores no documento estatutário. Ainda neste âmbito, foram prestados pelo Reitor esclarecimentos sobre o desenvolvimento deste processo, de acordo com a calendarização prevista na Circular RT-05/2022, de 18 de maio.

1. Aprovação da ata n.º 4/2022, referente à reunião plenária de 22 de abril 2022

Foi aprovada, por unanimidade, a ata n.º 4/2022, referente à reunião plenária de 22 de abril 2022.

2. Informação sobre as diligências e os contactos efetuados relativos ao financiamento da UMinho

A Presidente fez referência ao documento de compilação dos elementos que sustentaram as audições que a própria e o Reitor haviam tido com vários grupos parlamentares, relativamente à questão do financiamento das instituições de ensino superior em geral e da UMinho em particular, com o objetivo de obter informação sobre a possibilidade de ser introduzida alguma alteração ao Orçamento de Estado 2022 antes da sua aprovação, com vista a uma eventual correção à divergência do financiamento da UMinho relativamente a outras instituições, decorrente da não aplicação dos critérios previstos na Lei desde 2009. Informou que, para além dos contactos informalmente estabelecidos com deputados pelo círculo de Braga, decorreu também uma audiência com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS), na qual foi transmitido que o poder político está sensibilizado para o problema, mas que, para o orçamento de 2022 não seria possível introduzir qualquer norma que possibilitasse corrigir essa diferença. Foi, no entanto, referida a possibilidade de no orçamento para 2023 ser estabelecido um modelo de transição no qual pudesse existir algum reflexo dessa necessidade de convergência, sem que fosse adiantado qualquer compromisso, nem sequer uma posição fixa relativamente à possibilidade de isso vir a acontecer. Sob o ponto de vista da Tutela, embora exista um reconhecimento do problema, a solução apresentada remete para a alteração da Lei vigente, com reflexos apenas em 2023. Relativamente à reunião tida com o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD), transmitiu que nela participaram as três instituições que, segundo estudos realizados, são as mais prejudicadas – UMinho, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e Universidade da Beira Interior. Os deputados presentes informaram ter sido apresentada pelo PSD uma proposta de realização de um estudo sobre os critérios de financiamento que não tivessem apenas em atenção o indicador da interioridade, mas também a qualidade, a inovação e o número

de estudantes, a qual incluía também um aumento de 2% no financiamento global das universidades, sendo 1% dedicado só às universidades que foram prejudicadas pela aplicação do critério existente, numa tentativa de alguma convergência, mas que essa proposta não havia sido aprovada. Deu ainda a conhecer a ocorrência de uma reunião entre as três universidades e o grupo parlamentar da Iniciativa Liberal (IL), cujos deputados mostraram muito interesse em conhecer o problema e em atuar sobre o mesmo. No âmbito da preocupação demonstrada pelo Plenário sobre este assunto, informou ser entendimento da Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros (CE-GAIAF) que deverão ser promovidos debates internos sobre o assunto, designadamente, após a apresentação das conclusões de um estudo que está a ser desenvolvido por uma comissão independente. No seu entender, o processo deverá compreender uma solução a curto prazo, atendendo a que a situação é complexa; uma a médio prazo, que poderá incluir a defesa de um modelo de transição e, a longo prazo, a possibilidade de alteração da Lei. Ainda a este propósito, a Presidente recordou a inscrição no Plano de Atividades do Conselho da realização de uma reunião dos Presidentes dos Conselhos Gerais, propondo que o tema dessa reunião fosse o financiamento.

O Reitor agradeceu a caracterização das diligências feitas, e agradeceu publicamente o modo comprometido como a Presidente tem vindo a intervir nestas matérias. Informou o Conselho do encontro tido com o Primeiro Ministro, no âmbito de uma visita por ele efetuada à Universidade, durante a qual foi explicada por ele próprio e pela Presidente a situação concreta em que a UMinho se encontra, tendo o Primeiro Ministro manifestado o conhecimento do problema e informado não ser sua intenção introduzir alterações no orçamento que tinha sido reprovado. Frustrada a possibilidade de incluir em 2022 qualquer alteração ao OE, os esforços voltam-se para o orçamento de 2023, com expectativa de aplicação de uma nova fórmula apenas em 2024. Fez referência ao trabalho que está a ser desenvolvido por uma comissão da OCDE, a quem foi encomendado um estudo sobre o financiamento do ensino superior em Portugal, e que deverá, provavelmente até setembro ou outubro, apresentar os seus resultados, dando nota da preocupação manifestada pelos peritos na identificação do modelo de financiamento entendido como desejável e na natureza da fórmula a adotar para o futuro. Disse trata-se de um trabalho em curso, que será fundamental para a tomada de decisão do próprio Governo, o que significa que, a existir novo modelo de financiamento, ele apenas operará para o orçamento de 2024, situação que poderá ser insustentável para a UMinho, o ISCTE e a UBI. Por esta razão, disse ter sido já agendada uma audiência com a Ministra da Tutela para tratar especificamente a questão do financiamento destas três instituições, no sentido de propor algumas soluções a curto prazo, designadamente, a possibilidade de existir um financiamento adicional para satisfazer algumas necessidades mais imediatas destas três instituições. Mencionou que, paralelamente, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) está também a trabalhar na apresentação de uma proposta, na qual serão identificadas várias áreas críticas no sistema de ensino superior, entre as quais, o financiamento, a contratação de investigadores e a autonomia institucional, tendo sido constituídos três grupos de trabalho e na próxima reunião de julho haverá uma primeira posição expressa pelo CRUP sobre estas matérias. Transmitiu que algumas das universidades pertencentes ao CRUP decidiram solicitar a realização de um estudo independente sobre o financiamento do sistema em Portugal,

numa perspetiva comparativa internacional, estudo esse que será realizado por uma equipa de economistas de várias instituições e é coordenado pelo Professor Luís Aguiar Conraria, docente da EEG da UMinho, sendo expetável que os primeiros resultados desse estudo sejam conhecidos antes do verão, com formulação final até outubro de 2022. Do ponto de vista da UMinho, disse ter sido atingida uma situação que é altamente penalizadora para a instituição e que começa a ter impactos significativos sobre a própria atividade, pelo que, para além das iniciativas junto das entidades já referidas, é sua intenção apresentar na próxima reunião do Conselho propostas relativamente a dois caminhos alternativos, a promover em articulação com o Conselho e com o Conselho de Curadores, um relativo à possibilidade de contração de um empréstimo e outro respeitante à rentabilização do edificado da UMinho. Sobre a contração de um empréstimo, informou terem sido pedidos pronunciamentos à Tutela e ao Instituto de Gestão e Financiamento da Educação relativamente a esta matéria, não tendo ainda sido recebidas respostas concretas. No que respeita à gestão do edificado, deu conhecimento da conclusão recente do estudo de caraterização do mesmo, encontrando-se neste momento em condições de poder avançar com uma proposta ao Conselho. Recordou que o orçamento das universidades tem vindo a ser definido nos últimos anos a partir de um conjunto de normas que estavam inscritas no contrato de legislatura assinado entre o Governo e as IES e que neste momento não é possível saber como é que este contrato irá ser operacionalizado, pelo que todo o esforço está a ser feito no sentido de o orçamento para 2023 conter já algumas medidas corretivas, sendo que uma dessas propostas será a de, para além dos 2% previsto no contrato de legislatura, ser atribuído um 1% adicional, cerca de 13M€, destinados apenas à convergência entre instituições.

A Conselheira Cláudia Pascoal agradeceu os esclarecimentos prestados pela Presidente e pelo Reitor, chamando a atenção para o facto de a situação não ser nova, muito embora neste momento o problema esteja a ser assumido de uma forma mais clara e as soluções tenderem a serem conseguidas. Considerou fundamentais os estudos que estão a ser levados a cabo, mas chamou a atenção para a necessidade de uma solução a muito curto prazo, face às consequências graves da pandemia e da guerra na economia, bem como o agravamento da inflação a que se assiste. Muito embora privilegie a via do diálogo, e não obstante a ação do CRUP, considerou ser a altura de as universidades tomarem uma posição mais dura, em particular as instituições que estão numa situação quase ingerível sob o ponto de vista financeiro, apelando a que o Conselho esteja disponível para apoiar medidas e negociações mais fortes.

O Conselheiro Victor Soares louvou o esforço que tem sido feito em sede de negociação pela Presidente e pelo Reitor, acompanhado pela CE-GAIAF, e reforçou a intervenção da Conselheira Cláudia Pascoal, entendendo que as várias universidades deverão tomar um conjunto medidas mais reivindicativas e de maior notoriedade e que sejam mais percebidas pela comunicação social. No caso concreto da UMinho, disse ser urgente encontrar solução para o problema do subfinanciamento, para, entre outros, fazer face à escassez de recursos humanos em vários serviços, onde os trabalhadores estão absolutamente exauridos por força da falta de recursos, e para que a Reitoria possa cumprir o compromisso no que às carreiras informáticas diz respeito.

A Conselheira Ana João Rodrigues agradeceu todas as diligências e os contactos que têm vindo a ser realizados, e concordou com a intervenção da Conselheira Cláudia Pascoal no que respeita ao desajustamento entre a dinâmica temporal e a urgência de soluções, face à grave situação financeira da Universidade, cujas repercussões ao nível da investigação considerou como sendo dramáticas. No seu entender, este é o momento de serem tomadas medidas mais drásticas, disponibilizando-se, enquanto Conselheira, para ajudar no que for necessário e encabeçar algumas medidas em sede do Conselho para resolver a situação. Pese embora o subfinanciamento da maioria das instituições de ensino superior, chamou a atenção para o facto de a UMinho ser uma das mais prejudicadas, considerando que, face às dificuldades sentidas ao nível da investigação, da atividade letiva e do funcionamento geral da instituição, haverá um forte comprometimento da Comunidade Académica na adoção de medidas mais reivindicativas com vista a levar a voz da UMinho mais longe.

O Conselheiro André Teixeira apoiou as intervenções anteriores, realçando a situação financeira insustentável da Universidade e a necessidade de uma procura assertiva de soluções, na medida em que as várias áreas de atuação da Universidade estão a ser severamente afetadas por esta situação. Referiu que, face à falta de liquidez da Universidade, é possível constatar a existência de investigadores que não conseguem desenvolver a atividade para a qual são contratados e que, ao nível da atividade letiva, assiste-se a um esforço por parte dos estudantes para pagar as propinas não havendo depois capacidade por parte da Universidade de lhes conferir as condições adequadas à frequência da formação na qual estão inscritos. Considerou que estas questões têm de ser ativamente discutidas, apelando ao Reitor para uma maior interação com a Comunidade Académica sobre este tópico, para que também ela se possa envolver mais ativamente nestas questões e exercer pressão social enquanto comunidade e não apenas em nome individual e órgãos independentes.

Foi conferida a palavra ao Conselheiro Nuno Cerca que demonstrou apreço pelas diligências já realizadas, alertando para o facto de não ser possível esperar por uma solução no horizonte de um ano, dado que a situação, em particular no campo da investigação, é gravíssima. Na sua opinião, o facto de o CRUP estar a aguardar uma tomada de posição para depois de serem conhecidos os resultados do estudo da OCDE constitui uma forma de adiar o problema, agravando cada vez mais a situação concreta da UMinho. Concordou com a necessidade da adoção de medidas reivindicativas mais fortes, uma vez que não há nenhum compromisso da parte do poder político de que a situação ficará resolvida com a elaboração do orçamento para 2023.

A Conselheira Joana Arantes reiterou as posições emitidas nas intervenções anteriores e referiu que, muito embora a maioria das universidades estejam sujeitas a problemas de subfinanciamento, a UMinho é aquela que mais constrangimentos apresenta ao nível da execução financeira das suas verbas próprias provenientes de projetos, não permitindo aos seus investigadores terem as condições mínimas de trabalho para procederem à recolha de dados, adquirirem material a utilizar no desenvolvimento dos projetos e efetuar publicações da investigação realizada.

Também o Conselheiro Luís Santos mostrou apreço pelas iniciativas levadas a cabo, que resultam de uma proposta do Plano de Atividades do Conselho, enaltecendo o facto de os membros do Conselho terem expressado o apoio a estas iniciativas e a outras mais veementes, com o envolvimento da Comunidade Académica. Considerou que o Conselho deverá refletir sobre a forma como a Universidade foi lidando com a situação ao longo dos anos, na medida em que a aplicação da atual fórmula de financiamento está já em vigor há quase duas décadas e a Universidade, uma das instituições por ele mais prejudicada, adotou uma postura apaziguadora durante vários anos seja internamente, seja na relação com a Tutela, bem como no posicionamento no interior do CRUP, questionando se essa terá sido a decisão mais correta.

O Conselheiro Joaquim Freitas disse tratar-se de um assunto complexo, entendendo que uma das justificações para o adiamento sucessivo da resolução do problema possa residir no facto de o impacto não ser igual nas diferentes universidades, alertando para um eventual agravamento da situação face ao aumento da inflação e dos preços dos combustíveis. Considerou que, para além das ações a desencadear pelas instituições individualmente junto do Governo, é necessário encontrar no CRUP uma maioria de intenções que possa fazer com que o próprio órgão ganhe alguma força no processo negocial. Pareceu-lhe importante a iniciativa de juntar os Presidentes dos Conselhos e trazer o problema à discussão, por forma a perceber os diferentes posicionamentos e procurar soluções em conjunto. Por último, questionou se a responsabilidade do prejuízo para as instituições, decorrente do não cumprimento da Lei, não poderá ser assacada ao Governo e às instituições de poder público com responsabilidade de a fazerem cumprir, conseguindo-se assim, por via judicial, encontrar à mesa das negociações uma solução mais justa.

A Conselheira Ana Margarida Gonçalves saudou as iniciativas levadas a cabo e relevou o envolvimento dos Presidentes dos Conselhos Gerais nesta matéria, os quais poderão constituir uma segunda força a acompanhar o CRUP no processo negocial. Apresentou como exemplos das consequências do subfinanciamento o abandono de grupos de investigação da UMinho para outras universidades, por não terem as condições necessárias ao desenvolvimento dos seus projetos, e o facto de os estudantes estarem a ser prejudicados no que à entrega das dissertações diz respeito, dado que estes são prorrogados face à inexistência de condições que permitam o seu término nos prazos previstos. Felicitou a iniciativa da Reitora de realização de sessões de esclarecimento em várias UOEI, nas quais foi transmitida a difícil situação em que a Universidade se encontra sob o ponto de vista financeiro, sugerindo a continuidade das mesmas e o alargamento do debate a questões como a gestão de projetos.

A Conselheira Isabel Soares disse ser claro para todos a gravidade da situação, encontrando-se atualmente num ponto insustentável, razão pela qual concordou com a adoção de medidas mais fortes e com maior visibilidade. Considerou que, pela seriedade e responsabilidade que o Conselho tem sob ponto de vista público, a discussão desta matéria não deverá cingir-se a contextos e circuitos mais fechados, sugerindo a divulgação desta situação à Comunidade Académica e à comunidade em geral, em particular à comunicação social, como modo de exercer pressão junto do poder político.

O Reitor reconheceu o cenário grave em que a Universidade se encontra, bem como o impacto que dele resulta na vida das pessoas enquanto profissionais e na atividade da instituição, salientando o facto de este problema ser mais crítico na UMinho, no ISCTE e na UBI, como comprovam os orçamentos globais a elas atribuídos comparativamente com outras instituições de intensidade de atividade similar. Considerou que o agravamento da situação provém também de algumas decisões tomadas pela Universidade, designadamente, o aumento do número dos seus estudantes, em resposta à procura social de educação superior e às solicitações da Tutela, e para o qual não houve a adequada compensação em termos de financiamento, assim como o envolvimento no quadro dos programas lançados no âmbito do PRR, tendo a Universidade sido confrontada com uma não atuação congruente por parte do Governo nos sucessivos OE. Referiu que, até ao momento, a Universidade tem vindo a atuar de modo a corresponder à demanda social com que é confrontada e em cumprimento da sua missão, podendo, no entanto, essa resposta ter de passar a ser outra, a partir do momento em que é possível perceber que os diferentes Governos não consideram o ensino superior como prioridade nos respetivos programas de ação. Destacou o esforço que está a ser feito na atuação concertada entre as três instituições mais afetadas, procurando uma maior possibilidade de sucesso, e mostrou satisfação com o facto de existir uma grande coesão interna em torno desta matéria. Relativamente à assunção de posições mais fortes, entendeu que deverá ser sempre ponderada a eficiência e eficácia das iniciativas a realizar, de modo a que as mesmas não tenham efeitos contraproducentes. Sobre as iniciativas levadas a cabo junto das UOEI e dos seus corpos, informou que elas irão ter continuidade e que esta matéria em concreto será alvo de discussão nas mesmas, para que cada membro da Comunidade Académica possa operar também como divulgador da situação específica da Universidade.

A pedido do Reitor, seguiu-se um período apenas reservado aos membros do Conselho, no qual foram debatidos em pormenor os tipos de medidas a dinamizar com vista a chamar a atenção da sociedade civil para o problema do subfinanciamento da UMinho, designadamente, ações a desencadear apenas pela Universidade e ações estratégicas concertadas em articulação com as três instituições mais atingidas, bem como com o CRUP. Foram também analisados com detalhe os impactos desta situação ao nível das atividades de investigação, dos projetos de ensino e na interação com a sociedade, bem como eventuais alterações estratégicas das políticas atuais levadas a cabo pela Universidade. Por último, o Conselho refletiu sobre o momento de afirmação do ensino politécnico a que se tem assistido nas últimas semanas, com o objetivo de ocupar algum do espaço do ensino universitário, concretamente, sobre os movimentos sociais fortes de apoio a este tipo de ensino por parte de movimentos autárquicos transversais aos principais partidos.

Findo o debate e dada a gravidade da situação, o Conselho deliberou: 1. Manifestar profunda preocupação com a grave situação financeira da UMinho, reflexo do não cumprimento da Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto – Lei do Financiamento do Ensino Superior, desde 2009 e da aplicação de critérios que vêm determinando um subfinanciamento crónico desta Universidade; 2) Realçar as gravosas e negativas consequências para o funcionamento da UMinho de tal situação, a qual, a não ser ultrapassada a breve prazo, coloca em causa, de

forma decisiva, o cumprimento da missão e dos valores da Universidade; 3) Continuar a diligenciar, em articulação com o Reitor e com outras universidades, no sentido de sensibilizar os poderes públicos e toda a comunidade, para a urgência de medidas legais e orçamentais que permitam ultrapassar esta grave situação – Deliberação CG-09/2022.

Os trabalhos foram interrompidos para o almoço às 13h00m e retomados às 14h30m, em sessão pública, registando-se as ausências justificadas dos Conselheiros Joaquim Freitas, Nuno Cerca e Tiago Silva.

3. Emolumentos associados ao requerimento de provas públicas conducentes à atribuição do grau de Doutor - pedido de esclarecimento

Foi conferida a palavra à Conselheira Ana Margarida Gonçalves que informou o Conselho da obrigatoriedade de pagamento pelos estudantes de doutoramento de emolumentos associados ao requerimento de provas públicas conducentes à atribuição do grau de Doutor no valor de 300 euros, considerando que este valor, acrescido ao montante de pagamento de propinas, se tornam num encargo elevado para estes estudantes. Disse ter procurado informação justificativa da existência destes emolumentos sendo que, numa perspetiva temporal, estes seriam explicados pela necessidade de pagamento de despesas dos membros do júri, despesas essas que, na atualidade, são totalmente suportadas pelas instituições de origem dos membros convidados. Face à ausência de justificação para o pagamento destes emolumentos, e por considerar importante que todos os estudantes tenham conhecimento da razão da sua obrigatoriedade, solicitou ao Reitor um esclarecimento claro sobre esta matéria.

O Reitor informou que estes emolumentos são aprovados pelo Conselho de Gestão, por proposta da Unidade de Serviços de Gestão Académica, e que os mesmos são definidos tendo em consideração um conjunto de despesas associadas à tramitação do processo conducente à realização das provas e à avaliação do trabalho realizado, bem como os valores praticados por outras instituições. Referiu a existência de um conjunto de emolumentos associados à concessão de graus ou de títulos sendo que, no caso do grau de doutor, a tabela faz a distinção entre o requerimento de provas apresentado por estudantes da UMinho (300 euros) e os casos dos autopropostos (1250 euros). Salientou o facto de o valor aplicado pela Universidade corresponder a um valor intermédio daquele que é praticado pelas Universidades do Porto (500€), de Lisboa (550€), de Coimbra (50€) e de Aveiro (100€), e que esta avaliação é feita todos os anos, quando se aprecia a proposta que é feita ao Conselho de Gestão, tendo sido reiterado o valor praticado nos anos anteriores. Informou, ainda, que quando as bolsas da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) têm valores abaixo daquilo que é a propina, tem sido dada a possibilidade de mobilização do valor da bolsa para pagamento deste emolumento.

A Conselheira Ana Margarida Gonçalves disse compreender a nota histórica e a comparação com outras universidades, mas considerou não ser clara a justificação administrativa para a aplicação desta taxa, sugerindo que fosse ponderada a sua eliminação, por contrapartida de uma melhor gestão dos valores das propinas pagos pelos estudantes, de modo a que não lhes sejam imputadas despesas adicionais. O Reitor disse registar

a preocupação e considerou pertinente a observação referente à não explicitação das razões que sustentam a aplicação daquela taxa, questão que procurará melhorar no próximo documento a ser produzido.

No âmbito dos emolumentos associados aos cursos de 2.º e 3.º ciclos, o Conselheiro Victor Soares apelou ao Reitor para que os trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão possam ser, parcial ou integralmente, isentos do pagamento desses emolumentos aquando da sua inscrição nesses cursos.

4. Proposta de alteração à deliberação do Conselho Geral sobre a fixação do valor das propinas dos cursos conferentes de grau para o ano letivo de 2022/2023

O Reitor expôs as razões que conduziram ao pedido de alteração da proposta de fixação do valor das propinas dos cursos conferentes de grau para o ano letivo de 2022/2023, informando que, no processo negocial com as UOEI da aprovação do valor referencial, a Escola de Medicina e a Escola de Direito solicitaram a fixação de valores superiores aos da proposta aprovada pelo Conselho em 4 de março de 2022, dado que em alguns dos cursos de 2.º ciclo há uma participação significativa de professores estrangeiros, o que tem vindo a onerar a realização dos mesmos, motivos que foram por si considerados atendíveis. Informou, ainda, que a proposta agora apresentada tem uma alteração substantiva na redação do ponto 4. do documento – onde o qualificativo “inferiores” é substituído pelo qualificativo “diferentes” - por forma a permitir acolher a pretensão das Escolas de Medicina e de Direito.

Aberto o debate, o Conselheiro André Teixeira recordou que os estudantes têm vindo a votar reiteradamente contra a proposta de fixação dos valores das propinas, por entenderem que estas constituem uma deslocação para os estudantes do dano financeiro causado à Universidade, assim como o pagamento de vários emolumentos associados a processos administrativos e as propinas devidas aos estudantes internacionais. Considerou que, se o documento anteriormente aprovado pelo Conselho era já problemático, a alteração agora proposta de substituição do qualificativo para “diferentes” vem introduzir uma maior discricionariedade no que ao aumento dos valores diz respeito, e informou serem estas as razões que justificam o seu voto contra esta proposta.

Relativamente às propinas aplicadas aos estudantes internacionais, o Reitor esclareceu que a fixação deste valor é regida por legislação própria, a qual estabelece que o valor deve ter correspondência direta com os custos reais da formação, razão pela qual são definidos dois níveis do valor dessas propinas de acordo com o grau de intensidade laboratorial, sendo a sua convicção de que não cabe à Universidade financiar a formação de estudantes provenientes de outros países. Recordou que a proposta de fixação destes valores para o ano letivo de 2022/2023 introduziu uma maior flexibilidade, na medida em que passou a considerar um valor intermédio entre o estudante nacional/estudante da união europeia e os estudantes oriundos da CPLP.

A Presidente colocou à votação a proposta de alteração à deliberação do Conselho Geral sobre a fixação do valor das propinas dos cursos conferentes de grau para o ano letivo de 2022/2023, tendo a mesma sido

aprovada por maioria dos membros presentes, com os votos contra da(o) Conselheira(o) Ana Margarida Silva Gonçalves e André Francisco Soares Carvalho Alves Teixeira – Deliberação CG-10/2022.

5. Informações relativas às Contas Separadas da UMinho 2021

A Presidente recordou que, de acordo com o estatutariamente previsto, o Conselho não teria que se pronunciar sobre as Contas Separadas da UMinho 2021, considerando, no entanto, importante que delas tenha conhecimento para uma melhor análise das Contas Consolidadas do Grupo Público UMinho 2021, razão pela qual seriam prestadas informações sobre as contas separadas já aprovadas pela Tutela.

O Reitor recordou o Conselho de que as Contas Separadas da UMinho, acompanhadas do parecer do Fiscal Único, tinham sido aprovadas pelo Conselho de Gestão em 30 de março de 2022, tendo sido o documento remetido aos membros do Conselho Geral.

Foi conferida a palavra ao Administrador da UMinho, Dr. Eduardo Ferreira, tendo este informado que no ano de 2020 a dotação do OE representava 44% das receitas da Universidade, tendo em 2021 passado a representar 49%. No que respeita à análise económica e financeira, salientou o facto de, face a 2020, ter ocorrido uma diminuição da receita da Universidade e a despesa ter aumentado de forma significativa, razão pela qual o saldo de gerência foi sujeito a uma redução em cerca de 4M€. Deu de seguida a conhecer em detalhe os factores que conduziram ao aumento do ativo da Universidade no ano em análise, ao aumento do passivo, bem como à diminuição do património líquido e do resultado líquido do período. Sobre o desempenho financeiro, fez referência à redução dos rendimentos, essencialmente devido à redução em 2021 do número de projetos de I&D em execução – 193 projetos iniciados em 2020 e 120 projetos iniciados em 2021, e informou que, muito embora se tenha verificado um aumento do valor das rubricas de gastos com pessoal e provisões, é possível apurar um decréscimo nos gastos da Universidade, por via da diminuição das rubricas de fornecedores e serviços externos, perdas por imparidade e transferências e subsídios concedidos. Relativamente aos indicadores financeiros, chamou a atenção para o facto de todos eles estarem em sentido negativo, evidenciando o indicador da autonomia financeira por este apresentar uma redução de 73,16% em 2020 para 71,76% em 2021.

Não havendo pedidos de intervenção por parte dos membros do Conselho, a Presidente deu por terminada a apreciação deste ponto da agenda.

6. Apreciação do Relatório de Atividades e aprovação das Contas Consolidadas da UMinho 2021, acompanhadas do parecer do Fiscal Único

O Reitor começou por informar que no Relatório de Atividades do Grupo Público Universidade do Minho (Grupo Público), dada a proeminência que a UMinho tem pelo facto de ser entidade mãe, há, naturalmente, uma transposição para este documento de alguma da informação constante no relatório de atividades da Universidade. No que respeita ao Relatório de Atividades da UMinho, assinalou o facto de ele aparecer

organizado em sete blocos principais, relativos à atividade de educação, à investigação e inovação, à interação com a sociedade e à internacionalização, e depois com um foco mais particular na organização, no desenvolvimento institucional e na qualidade de vida nos campi e infraestruturas, terminando com uma secção destinada aos projetos transversais e aos dados mais relevantes da atividade da UMinho no ano de 2021.

Na área da educação, salientou o facto de a UMinho ter ultrapassado pela primeira vez em 2021 os 20.000 estudantes, dos quais 2181 correspondem a estudantes estrangeiros a frequentarem cursos conferentes de grau. Fez referência às mais de 3000 vagas no concurso nacional de acesso, das quais 97% foram preenchidas na primeira fase do concurso, e ao facto de a oferta educativa conferente de grau ter tido uma alteração importante determinada pelo término dos mestrados integrados nas áreas da engenharia e da psicologia. Ainda na esfera da educação, considerou importante a concretização da reorientação e alargamento da oferta educativa, através da criação de um conjunto muito significativo de cursos não conferentes de grau, pensados e desenvolvidos em articulação direta com empregadores e no âmbito do quadro do PRR. Em linha com aquilo que são as preocupações patentes no contexto internacional, sobretudo no espaço europeu, realçou o fortalecimento da inovação e do desenvolvimento pedagógico, através da participação da Universidade em diversas redes nacionais e internacionais.

Relativamente à atividade de investigação, transmitiu que em 2021 a UMinho viu aprovados 150 novos projetos, dos quais 22 europeus e 14 internacionais, com um financiamento na ordem dos 37M€ e que, no final do ano, estavam em desenvolvimento 642 projetos, perfazendo um valor global de 171M€ e integrando 375 investigadores contratados, 350 bolseiros e 519 bolseiros de doutoramento. Salientou ainda o elevado grau de internacionalização da produção científica da Universidade e, no que respeita às estruturas científicas, destacou o envolvimento da UMinho em 11 dos 40 laboratórios associados que estão acreditados no país. Informou, ainda, do lançamento da 2.^a edição do prémio de iniciação à investigação científica, que visa aproximar de forma precoce os estudantes de grau das práticas das comunidades científicas.

Na dimensão da inovação, evidenciou o facto de a UMinho continuar a liderar os principais requerentes de patentes em Portugal, a continuidade da parceria com a Bosch, bem como a participação em mais dois laboratórios colaborativos. Na esfera cultural, fez referência às atividades levadas a cabo pelas diferentes unidades culturais, à intensa atividade editorial e à atividade de recuperação do património.

No que respeita às ações voltadas para o interior da instituição, concretamente ao nível dos recursos humanos, deu a conhecer o número de concursos abertos ao longo do ano de 2021: 23 posições para docentes de carreira; 16 posições para investigadores de carreira; 169 posições a termo resolutivo para investigadores; 26 posições para Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão (PTAG) por tempo indeterminado e 56 a termo resolutivo, sendo que, no final do ano de 2021, a UMinho tinha 2415 trabalhadores. Fez referência à aprovação do Plano para a Igualdade de Género e do relatório que propõe a estratégia de combate ao assédio e, na área dos Serviços de Ação Social da UMinho (SASUM), fez menção às intervenções nas residências universitárias e à importância das atividades desportivas e de competição universitária.

Ao nível das infraestruturas, disse terem sido realizadas várias intervenções no edifício da Universidade e salientou a consolidação da instalação do novo polo da UMinho em Vila Nova de Famalicão; a continuação do projeto de instalação do Instituto Multidisciplinar de Ciência e Tecnologia Marinha na Apúlia e a conclusão da construção do Term Research Hub.

No que respeita às alterações da vida institucional, referiu a tomada de posse dos membros do atual Conselho, a manutenção do regime fundacional, as eleições para o cargo de Reitor/Reitora, com a respetiva constituição de uma nova equipa reitoral, e a eleição da primeira presidência da comissão de trabalhadores.

Recordou que o ano de 2021 havia ainda sido fortemente marcado pela pandemia, o que se repercutiu na atividade da Universidade, mas que, ainda assim, a UMinho manteve a sua posição no prestigiado ranking de Xangai; obteve a certificação de platina no programa Healthy Campus da Federação Internacional do Desporto Universitário e incrementou a sua participação em várias associações europeias de universidades. Por último, informou o Conselho de que as iniciativas concretizadas ao longo de 2021 tiveram sempre subjacente uma preocupação com a estabilidade e a sustentabilidade financeiras.

Foi conferida a palavra ao Administrador da UMinho, para a apresentação detalhada dos principais indicadores de análise económica e financeira do Grupo Público, relativos ao exercício de 2021. Recordou que o Grupo Público é constituído por 50 entidades, sendo que as entidades que constituem o perímetro de consolidação integral são aquelas em que a participação da UMinho é acima dos 50%, muito embora existam algumas cujas percentagens de participação é menor, mas sobre elas a UMinho exerce uma influência significativa. Informou que a entidade IDITE Minho se encontra num processo especial de revitalização, razão pela qual se encontra fora da consolidação agora em apreciação. Mostrou de seguida os resultados das várias entidades que constituem o perímetro de consolidação da UMinho e, em termos de elementos com influência direta nas contas consolidadas, referiu como sendo o mais significativo o resultado dos SASUM, com um resultado negativo de 834.000€. Em termos de análise económica e financeira, fez referência ao aumento do ativo em cerca de 2M€, essencialmente justificado pela dívida das entidades financiadoras e pela rubrica de clientes, assim como ao aumento do passivo em cerca de 3.4M€, decorrente da variação positiva nas rubricas de outras contas a pagar e passivo não corrente. Sobre o património líquido, transmitiu a sua redução em 1,4M€, por via da alteração dos resultados transitados e que o resultado líquido do ano de 2020 havia sido negativo na ordem dos 1,3M€. Terminou a sua intervenção apresentando os principais indicadores de desempenho do Grupo Público.

Previamente ao debate, a Presidente informou que os documentos submetidos pelo Reitor ao Conselho tinham sido objeto de apreciação pela CE-GAIAF e alvo do parecer favorável dos Membros Externos do Conselho. Informou, ainda, que face à impossibilidade de participação na sessão plenária do Conselheiro Tiago Miranda, havia acedido ao seu pedido para que fossem lidas as suas intervenções referentes a alguns pontos da agenda, este incluído. Foi de seguida lida pelo Conselheiro Victor Soares a intervenção relativa ao ponto 6. da ordem de trabalhos, a qual se encontra inscrita no documento anexo à presente ata (Anexo II).

Foi conferida de seguida a palavra à Conselheira Cláudia Pascoal que pediu esclarecimentos sobre a devolução à União Europeia do valor de 3.7M€ referente a projetos, concretamente, se esta devolução corresponde a verba que não foi executada ou existe outra justificação para a mesma. Na sequência da informação transmitida pelo Administrador da UMinho de que os gastos com pessoal, na ordem dos 2,5M€, se devem essencialmente a gastos com investigadores, disse ter dificuldade em perceber essa ocorrência, na medida em que as despesas associadas aos contratos dos investigadores são suportadas diretamente pela FCT, ficando uma minoria a cargo da Universidade.

O Conselheiro Victor Soares, disse estar, em linhas gerais, de acordo com os grandes aspetos colocados na exposição do Conselheiro Tiago Miranda, mostrando preocupação com a manifesta trajetória de desequilíbrio estrutural já patente no relatório de 2020, e que se mantém em 2021. Fez referência ao aumento significativo das despesas com pessoal, que não é acompanhado pelo crescimento das receitas, considerando que as causas determinantes da atual situação financeira da UMinho não se esgotam nos impactos provocados pela pandemia e pelo subfinanciamento, entendendo haver situações internas que, no seu conjunto, constituem fatores impeditivos da apresentação de melhores resultados no relatório em apreciação. Apresentou como exemplo de situações a melhorar, uma maior e efetiva capacidade de captação de receitas próprias, por via das virtualidades do regime fundacional; a eliminação do excessivo peso burocrático dos processos administrativos, cujas repercussões negativas são visíveis no dia a dia dos estudantes, dos docentes, dos investigadores e do PTAG; uma gestão de recursos humanos focalizada nas pessoas e na criação de condições de ambientes de trabalho galvanizadores de dinâmicas organizacionais mais eficazes e produtivas, com vista a uma Universidade verdadeiramente inclusiva e zeladora da aplicação de regras, princípios e valores indissociáveis da sua natureza pública. Considerou, ainda, a necessidade de revisitação do Regulamento Orgânico das Unidades de Serviços, no sentido dotar algumas UOEI de estruturas intermédias, capazes de responder com maior adequação, celeridade e eficácia à multiplicidade de solicitações que lhes são colocadas, bem como uma reflexão profunda sobre a oferta formativa disponibilizada ao PTAG, de modo a torná-la numa mais valia na dupla perspetiva das UOEI e dos seus trabalhadores.

O Conselheiro André Teixeira começou por referir que o documento é extenso e que, dado não estar em causa a capacidade técnica de quem o elaborou, o seu questionamento diria apenas respeito às opções políticas tomadas. Mostrou preocupação com o facto de o Grupo Público apresentar um saldo global negativo e ser constituído por um número extenso de entidades. Disse estar apreensivo com a diminuição do fundo de maneo da Universidade e o decréscimo dos indicadores de desempenho, considerando que, após a manutenção do regime fundacional, seria expetável que a dependência das questões públicas fosse ultrapassada. Face às dificuldades apresentadas, e tendo em consideração o baixo valor da dotação atribuída, questionou que outras opções poderiam ter sido tomadas com vista conter a tendência decrescente dos vários indicadores económicos e financeiros do Grupo Público.

Usou da palavra o Conselheiro Luís Santos que manifestou preocupação com alguns dos principais indicadores financeiros, em concreto, a diminuição da receita e o aumento acentuado da despesa e do passivo. Considerou que, muito embora existam condicionantes externas que justificam esta situação, como por exemplo o subfinanciamento, no seu entendimento subsistem razões internas de há pelo menos uma década, sobretudo elementos estruturais, que pela forma como foram sendo geridos também para ela contribuíram. Apresentou como sendo urgente o repensar da participação da Universidade num número tão elevado de entidades externas; uma ação imediata na procura de formas de agilizar os procedimentos administrativos e, no âmbito da revisão estatutária, estudar e reavaliar o posicionamento autónomo de algumas destas estruturas, nomeadamente, equacionar uma possível integração dos SASUM na Universidade, de modo a eliminar a replicação de estruturas administrativas. Salientou, ainda, a importância de se refletir sobre a opção tomada pela Universidade no que ao PREVPAP diz respeito, a qual se viria a revelar errada e com custos elevados, questionando se o valor apresentado dos custos incluiu apenas os valores das indemnizações a pagar aos trabalhadores, ou nele estão também contabilizadas as custas judiciais associadas.

A Presidente considerou de grande importância estes momentos de reflexão por parte do Conselho para que, aquando da discussão do Plano de Atividades para o próximo ano, sejam tidas em consideração as conclusões da análise do relatório do ano anterior e poder nele consagrar algumas medidas que decorram das questões analisadas.

Na sequência das questões que são suscitadas no documento remetido pelo Conselheiro Tiago Miranda, o Reitor considerou relevante o reconhecimento da situação diferenciada da UMinho no panorama geral do subfinanciamento, na medida em que, tal como está demonstrado, há uma situação particular específica da UMinho e de mais duas instituições, ISCTE e UBI. Relativamente aos impactos da pandemia, assim como da invasão da Ucrânia pela Rússia, disse tratar-se de um impacto real e efetivo com penalização forte na atividade da Universidade, sendo que, dentro do Grupo Público, houve entidades que conseguiram melhorar significativamente o seu desempenho em 2021, algumas delas recuperando mesmo de resultados negativos para positivos, como o é o caso do Centro de Computação Gráfica e da TecMinho. Concordou com a necessidade de se olhar com atenção para a participação da Universidade nas várias entidades do Grupo Público e, no que respeita aos SASUM, disse que o modo como a Universidade está organizada a diferencia de outras instituições. Quanto à questão do PREVPAP, disse ser uma matéria que o preocupa desde sempre, recordando que a decisão tomada foi apoiada em documentos jurídicos que foram produzidos a pedido do Conselho de Gestão da Universidade e que, em face das decisões produzidas pelos tribunais, a Universidade procederá a uma avaliação previamente à tomada de posição. Relativamente aos projetos de investigação, disse haver uma linha de progressão no que ao volume de financiamento dos mesmos diz respeito, e que os resultados expressivos obtidos em sede de candidaturas às agendas mobilizadoras traduzem um sinal importante de vitalidade da Universidade. Prestou de seguida esclarecimentos sobre os custos com pessoal, começando por informar que os mesmos englobam todas as despesas referentes a todos os trabalhadores,

excetuando os bolsheiros, chamando a atenção para o facto de estes custos não poderem ser dissociados da evolução da atividade de investigação, que conduz a um aumento natural das despesas face ao número elevado de recursos humanos nela envolvidos. Referiu que a percentagem de orçamento executada em recursos humanos na UMinho é das mais baixas de entre as instituições de ensino superior em Portugal e informou que no mês de julho serão pagas as progressões remuneratórias dos docentes, por efeito da sua avaliação, e que daí resultará um conjunto de encargos financeiros muito significativo totalmente suportado por receitas próprias. Dados os atuais constrangimentos financeiros, disse ser necessário existir uma maior racionalidade e rigor na contratação de pessoas, o que, no seu entendimento, ocorrerá a partir do momento em que sejam as próprias UOEl a tomar as decisões de contratação dos seus investigadores, docentes e PTAG no âmbito da gestão dos respetivos orçamentos. Disse discordar da afirmação de que existe desvantagem na adoção do regime fundacional, na medida em, relativamente às decisões que vierem a ser tomadas sobre o edificado, certamente serão percebidas as vantagens que o regime fundacional poderá trazer, como são também já evidentes as vantagens do mesmo ao nível da contratação dos recursos humanos.

Em resposta à Conselheira Cláudia Pascoal, informou que a devolução dos 3,7M€ não corresponde a ineficiência na execução dos projetos e que, verdadeiramente, a devolução se saldou apenas em 1.7M€, dado tratar-se de um projeto que envolvia várias instituições e a UOEl pertencente à UMinho decidiu descontinuar a participação e os 3.7M€ que sujeitos a devolução foram, de alguma forma, compensados pelos pagamentos feitos pelas outras universidades.

Sobre as outras opções que poderiam ter sido tomadas a que aludiu o Conselheiro André Teixeira, referiu que nos dois últimos anos a Universidade tem vindo a ser confrontada com uma variação muito acentuada das condições de contexto, altamente imprevisíveis, não sendo, por vezes, possível proceder ao adequado planeamento, apresentando como exemplos o aumento significativo do preço do gás e da eletricidade.

Disse concordar com a intervenção do Conselheiro Luís Santos no que respeita à necessidade de realização de uma reflexão sobre os factores internos que contribuem para esta situação, tendo em vista o seu melhoramento, e mostrou preocupação com o facto de o entendimento da missão da Universidade não ter o adequado reconhecimento por parte dos sucessivos governos.

No que respeita aos indicadores decrescentes, recordou que, por efeitos da crise, a Universidade havia passado por momentos de alguma instabilidade na última década, conseguindo recuperar em 2018, e encontrando-se agora num ciclo menos positivo, considerando, no entanto, existirem condições para recuperar novamente. Referiu-se de seguida à avaliação da participação da Universidade em algumas das entidades pertencentes ao Grupo Público, salientando as variações ocorridas em resultado da identificação de entidades que, do ponto de vista da Universidade, não contribuíam para a concretização da missão da Universidade ou apresentavam situações económico-financeiras debilitadas. Informou da existência de um sistema de monitorização continuada destas unidades, o qual permite aos representantes da Universidade nessas entidades avaliar com clareza a sua atividade para posterior avaliação e tomada de decisão sobre a manutenção, o reforço da presença ou o abandono da participação nas mesmas.

Foi conferida a palavra ao Administrador da UMinho que começou por esclarecer em pormenor os movimentos contabilísticos associados à devolução do valor de financiamento do Projeto Discovery. Relativamente aos gastos com pessoal, disse ser necessário analisar esta rubrica em paralelo com a componente da despesa referente à evolução dos fornecimentos de serviços externos, na medida em que os prestadores de serviços constituem um custo mais elevado para a Universidade. Ainda sobre esta rubrica, informou que o impacto na massa salarial do pagamento aos docentes do acréscimo de salário por efeito do RAD é de 1.250M€, ultrapassando assim o limite dos 3% de aumento previstos na Lei, o que implicará um pedido à Ministra da Tutela e ao Ministro das Finanças para aceitação desta situação, sendo que estão a ser tomadas todas as medidas no sentido de o aumento não ser superior a 5%. Sobre a avaliação das participações da Universidade, informou que essa análise é obrigatória por imposição da Inspeção Geral das Finanças, e que a mesma incidirá não apenas na ótica do contributo que as mesmas trazem para a Universidade, mas também nos investimentos alternativos que possam vir a gerar maiores rendimentos.

Relativamente à contração de um empréstimo, salientou o facto de a situação conjuntural se ter alterado, na medida em que se perspetiva um aumento muito substancial das taxas de juro e, a ser possível, isso poderá trazer encargos financeiros muito elevados para a Universidade. Quanto à gestão do património imobiliário, recordou que os Estatutos da Fundação Universidade do Minho estabelecem que só é possível recorrer à venda de património imobiliário desde que o seu investimento seja também ele em ativos imobiliários, não podendo assim ser investido em outras componentes, como por exemplo projetos de investigação.

O Conselheiro Victor Soares chamou a atenção para a necessidade de garantir que a estratégia que foi seguida pela Universidade na questão do PREPAP não seja repetida, na medida em que existe um conjunto de trabalhadores – mais de 60 – que se viram na necessidade de recorrer aos tribunais por sentirem pouca abertura por parte da Universidade no que ao plano negocial diz respeito. Referiu que na base dos processos judiciais esteve a interpretação que a Universidade teve da Lei, colocando os trabalhadores abrangidos na primeira posição remuneratória da tabela da administração pública, tendo sido o entendimento dos tribunais que tal não correspondia ao posicionamento adequado. Considerou que o facto de a Universidade ter vindo a recorrer sucessivamente das decisões proferidas pelas diferentes instâncias, todas elas favoráveis aos trabalhadores, constituiu um custo avultado para a instituição que poderia ter sido evitado. Entendeu que, não estando em causa a idoneidade, a seriedade, a competência profissional e ética das entidades de advogados a quem a Universidade recorre sob o ponto de vista técnico e jurídico, do exemplo do PREVPAP, cumulativamente com outras situações, resulta a necessidade de ser feito um investimento mais significativo nos serviços de assessoria jurídica da Universidade, de modo a que os pareceres deles emanados tenham por base o conhecimento da realidade da instituição, condicionando o processo de tomada de decisão de uma forma mais adequada para a Universidade no seu conjunto.

Findo do debate, e ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, a Presidente colocou à votação o Relatório de Atividades do Grupo Universidade do Minho, relativo ao

ano de 2021, tendo este sido apreciado favoravelmente por maioria dos membros presentes, com a abstenção do(a)s Conselheiro(a)s André Teixeira, Cláudia Pascoal, Luís Santos, Joana Arantes, Patrícia Maciel e Victor Soares - Deliberação do CGeral n.º 11/2022, a remeter ao Conselho de Curadores para homologação.

Ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, foi colocado à votação o Relatório das Contas Anuais Consolidadas do Grupo Universidade do Minho, referente ao exercício de 2021, tendo este sido aprovado por maioria dos membros presentes, com a abstenção do(a)s Conselheiro(a)s André Teixeira, Cláudia Pascoal, Luís Santos, Joana Arantes e Victor Soares - Deliberação do CGeral n.º 12/2022, a remeter ao Conselho de Curadores para homologação.

7. Apreciação do Relatório de Atividades e Contas dos Serviços de Ação Social da UMinho 2021

O Reitor salientou o facto de os SASUM constituírem uma componente importante do Grupo Público, tratando-se de um serviço particularmente importante no suporte à atividade da Universidade, designadamente, na esfera do alojamento de estudantes, e na esfera da alimentação e do desporto. Disse tratar-se de um prestador de serviços de grande qualidade, conforme os sucessivos relatórios de avaliação assim o têm demonstrado, e chamou a atenção para o facto de o desempenho financeiro nos dois últimos anos, em função daquela que é a sua estrutura fixa de custos, ter sido negativo, mas, ainda assim, e apesar de em 2021 ter havido um período de suspensão de atividade superior ao de 2020, ter sido possível melhorar os resultados, embora mantendo-se negativos.

Foi de seguida conferida a palavra ao Administrador dos SASUM, Professor António Paisana, que começou por referir que os resultados dos serviços haviam sido condicionados pelas restrições impostas pela pandemia, em particular os períodos de confinamento que obrigaram ao encerramento das unidades alimentares existentes. Mostrou uma tabela com a indicação das receitas e despesas no período de 2017 a 2021, especificando, respetivamente, a proveniência das fontes de receita, as rubricas das despesas e o saldo acumulado, e salientando o facto de o período de 2017 a 2019 ter correspondido a uma grande afirmação em termos de resultados positivos na de ação social, com aumentos relevantes nas receitas e no investimento, ao qual se seguiram dois anos de grandes perdas. Chamou a atenção para o facto de em 2022 os serviços estarem a ser confrontados com grandes desafios, dando como exemplo o aumento do valor da inflação e os constrangimentos ao nível do fornecimento de determinados bens.

Relativamente às receitas próprias, salientou a diminuição abrupta das receitas próprias de 2019 para 2020, com uma ligeira melhoria em 2021, e as previsões para 2022. Referiu que nos anos de 2017, 2018 e 2019 se verificou uma média de receitas próprias no valor 5.800M€, sendo que em 2020 e 2021 esta média foi apenas de 2.186M€, o que significa que em três anos foi perdido um ano de receitas. No âmbito das transferências da UMinho, disse ter havido também uma diminuição, cerca de 250.000 por ano e, ao nível dos fundos europeus, transmitiu que as receitas dependem largamente das iniciativas que se vão concretizando, estando prevista a entrada de verba de projetos que entretanto foram terminados. Fez referência

às transferências do OE na ordem dos 2.4M€, sendo que a participação deste para o pagamento de salários é de cerca de 59%, e à diminuição dos saldos transitados nos diferentes anos, face à rigidez das despesas com pessoal e à diminuição da receita.

Fez de seguida a apresentação das atividades desenvolvidas ao longo de 2021, caracterizando os recursos humanos existentes e identificando as iniciativas levadas a cabo no âmbito dos objetivos estratégicos principais, designadamente, o desenvolvimento de projetos com parcerias estratégicas internas (UOEI) e externas (Consórcio UNorte) e o Projeto POCER, que comporta, entre outras atividades, a desmaterialização das senhas, digitalização dos serviços e disponibilização aos estudantes, reformulação e monitorização dos acessos às residências universitárias, salientando a este nível o papel relevante das Comissões de Residentes. Na componente interna, revelou as atividades de reforço da identidade dos serviços e da competitividade dos produtos e serviços prestados e deu a conhecer as taxas de cobertura da área alimentar e de alojamento, apoio médico, bolsas e apoios sociais, evidenciando a recuperação significativa da taxa de cobertura ao nível do desporto.

No que respeita à análise financeira de 2021, referiu que o exercício terminou com uma perda de cerca 443.000€; tendo havido uma diminuição do ativo corrente, resultante do facto de o investimento ter sido insuficiente relativamente às amortizações, e, no que respeita ao ativo corrente, disse ter ocorrido uma diminuição significativa de tesouraria. Relativamente à variação do património, informou que o resultado líquido diminui face a 2020, registando-se um valor negativo em de 834.000€.

Terminou a sua intervenção, dando a conhecer ao Conselho alguns dos desafios para 2022, de entre os quais salientou a aplicação dos resultados dos projetos estratégicos encerrados; o desenvolvimento dos projetos em curso; o alargamento de parcerias e a candidatura a novos fundos no âmbito do Consórcio UNorte. Disse ainda estar prevista a implementação de novas ementas, decorrente das manifestações dos estudantes relativamente à alimentação, e a construção das novas residências até 2024, cujo financiamento será em breve anunciado, estando previstas 786 novas camas em Braga e 150 camas em Guimarães. Por último, mostrou preocupação com os impactos da inflação no aumento significativo estimado dos valores da despesa ao nível da eletricidade, do gás, bem como dos produtos alimentares.

Finda a apresentação, a Presidente deu a palavra ao Conselheiro Victor Soares para que procedesse à leitura da intervenção do Conselheiro Tiago Miranda relativa ao ponto 7. da ordem de trabalhos, a qual se encontra inscrita no documento anexo à presente ata (Anexo II).

O debate teve início com a intervenção da Conselheira Ana Margarida Gonçalves que, relativamente à questão do alojamento, fez notar que o preço do alojamento no ano letivo de 2020/2021 foi de 76,79€ para estudantes bolseiros e de 95,00€ para estudantes não bolseiros, sendo que os estudantes de doutoramento da UMinho, por força de estarem incluídos juntamente com os docentes e os estudantes externos, foram sujeitos ao pagamento do valor de 175,00€, considerando esta situação completamente desadequada, na medida em que estes são também estudantes da Universidade. No mesmo sentido, pediu esclarecimentos/justificação

para o facto de no ano letivo de 2021/2022 ter havido um aumento do preço do alojamento para estudantes não bolseiros do 1.º e 2.º ciclos, fixando-se este em 100,00€, dada a receita positiva apresentada na rubrica de alojamento. Sobre o apoio e bem-estar dos estudantes, em particular no que ao apoio clínico diz respeito, fez referência à suspensão da valência de apoio médico no período da pandemia com previsão de reabertura no ano de 2022, questionando se esse serviço tinha já sido retomado. Ainda sobre esta matéria, considerou inadequado que o acesso a este serviço por parte dos estudantes de doutoramento seja tido como excecional e restrito à disponibilidade da agenda de marcações.

O Reitor informou que, relativamente ao aumento do valor do alojamento para os estudantes não bolseiros, havia solicitado ao Administrador dos SASUM para procurar saber quais são as atuais práticas nas diferentes instituições de ensino superior do país e concordou existir uma discriminação negativa de que são objeto os estudantes de doutoramento, sobretudo nas matérias que tangem as questões de apoio à saúde, considerando tratar-se de uma matéria a rever no futuro.

Decorrente da mensagem do Conselheiro Tiago Miranda, o Administrador dos SASUM informou que, no âmbito do Projeto Europeu CO3+, havia sido desenvolvida uma iniciativa que versou exatamente sobre o estudo de modelos de gestão aplicados aos Serviços de Ação Social. Disse tratar-se de um estudo que está terminado e em avaliação, no qual são equacionados vários modelos de gestão disponíveis em todas as áreas centrais da atividade dos SASUM, não só em termos da caracterização dos sistemas internos existentes, mas também comparativamente com as práticas de outras universidades.

A Presidente solicitou o envio ao Conselho do resultado do estudo, por considerar tratar-se de um elemento importante para um futuro debate sobre esse assunto.

Retomou a palavra o Administrador dos SASUM, que recordou ter existido desde sempre uma diferenciação de preços para o alojamento dos estudantes de doutoramento, não excluindo uma eventual revisão dessa matéria. No que respeita às Comissões de Residentes, disse ser um elemento de gestão muito importante, na medida em que, face à proximidade destas com os utentes, é possível identificar com maior clareza os vários problemas, procurar conjuntamente as soluções para os mesmos, e definir programas de integração da população estudantil residente. No que respeita ao apoio clínico, informou que ele será retomado no ano letivo de 2022/2023.

O Conselheiro André Teixeira salientou o papel crucial da ação social naquela que é a missão da Universidade, considerando que, não tendo a ação social como objetivo o lucro, mas sim cumprir o papel que lhe é devido, é importante garantir que são dadas aos SASUM todas as condições necessárias à prestação dos vários serviços ao nível da área alimentar, do alojamento, de desporto e do apoio e bem-estar dos estudantes. Disse perceber pela apresentação do Administrador dos SASUM que a atual taxa de inflação poderá ditar o agravamento das dificuldades financeiras no futuro, apelando a que o equilíbrio orçamental dos SASUM não seja conseguido com acréscimos de custos para os estudantes e com perda da qualidade dos serviços prestados.

O Conselheiro Victor Soares agradeceu a presença e a apresentação realizada pelo Administrador dos SASUM, tendo de seguida questionado se o montante de 422.796€ transitado para 2022 de obrigações por pagar, o que afetará de forma muito significativa o desempenho dos SASUM em 2022, acrescerá ao défice apurado global de 800.000€. O Administrador dos SASUM esclareceu tratar-se de coisas distintas e que o valor das obrigações por liquidar não contribuirá para um acréscimo ao resultado negativo apurado de 800.000€.

Prosseguiu a intervenção o Conselheiro Victor Soares, chamando a atenção para o número significativo dos trabalhadores dos SASUM que possuem um nível habilitacional bastante baixo, o que dificulta o melhoramento das respetivas posições salariais diz respeito. Elogiou o plano de formação que tem vindo a ser implementado e apelou ao Administrador dos SASUM para que, na medida do possível, e dentro das contingências a que está sujeito, seja dada continuidade ao esforço que tem vindo a ser feito no sentido de uma melhor qualificação dos serviços ao nível dos Técnicos Superiores, bem como da contratação e promoção de assistentes operacionais.

Da leitura do relatório, concretamente no que à estrutura dos SASUM diz respeito, e da consulta dos contratos no portal base, o Conselheiro Luís Santos considerou existir um excesso de contratação de técnicos superiores, dado que em 2020 havia 47 trabalhadores com esta categoria e 52 em 2021. Ainda neste âmbito, fez referência ao facto de o Departamento de Apoio ao Administrador dos SASUM ter em 2020 dez técnicos superiores, e em 2021, depois de um ano difícil, o mesmo departamento ter passado a integrar doze técnicos superiores, pedindo justificação para este aumento. No âmbito do programa POCER-SAS - Programa Operacional de Capacitação e Eficiência de Recursos dos Serviços de Ação Social, questionou se a plataforma digital e aplicação móvel que foi contratada à Primavera Software por 129.000€ em 2021 havia sido financiada no âmbito deste programa, por lhe parecer corresponder a um custo elevado para o desenvolvimento de uma aplicação informática. Por último, e dado o encerramento continuado do Bar dos Professores, localizado no CPII – Campus de Gualtar, questionou se há previsão de algum uso comum para esse espaço.

Em resposta à última questão colocada pelo Conselheiro Luís Santos, o Reitor referiu que o Bar dos Professores é de facto um espaço nobre e qualificado no Campus, mas cuja utilização veio a decrescer ao longo do tempo, sobretudo após a deslocação de algumas UOEI para o lado poente do Campus. Face à necessidade reclamada pelos estudantes da existência de espaços multifuncionais dedicados aos estudantes de doutoramento, foi tomada a decisão de alocar esse espaço a esses estudantes, passando o mesmo a estar na esfera do Colégio Doutoral.

Ainda sobre o Bar dos Professores, o Administrador dos SASUM informou que a taxa de cobertura daquele bar era de cerca de 40% e a receita anual rondava os 1.600€.

Sobre o impacto da inflação nos preços dos serviços de alojamento e alimentação, informou que essa matéria será alvo de discussão em sede Conselho de Ação Social, órgão competente para a fixação desses preços. Salientou o facto de a inflação colocar uma pressão adicional à gestão dos SASUM, razão pelo qual tem sido procurado melhorar o desempenho organizacional, área na qual os projetos europeus têm tido um contributo

importante. Relativamente à plataforma digital e aplicação móvel que foi contratada à Primavera Software, disse não conseguir responder no imediato à questão colocada, afirmando que fará chegar oportunamente ao Conselho informação sobre o contrato em causa. No que diz respeito ao aumento do número de técnicos superiores adstritos ao Gabinete do Administrador dos SASUM, referiu que este gabinete tem a seu cargo os serviços transversais a todas as outras atividades, designadamente, gestão dos recursos humanos, apoio jurídico, qualidade, fiscalização e manutenção dos edifícios, informando que das cinco posições de direção apenas estão providas três e, no caso das dezassete divisões previstas no quadro de pessoal, não há uma única ocupada.

Terminado o debate, e ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, o Relatório de Atividades e Contas dos Serviços de Ação Social da UMinho 2021 foi apreciado favoravelmente pela maioria dos membros presentes, com a abstenção do(a)s Conselheiro(a)s André Teixeira, Luís Santos, Joana Arantes e Patrícia Maciel - Deliberação do CGeral n.º 13/2022, a qual será remetida ao Conselho de Curadores para homologação.

8. Apreciação da possibilidade de auscultação do Professor Nuno Sousa, na sequência da sua demissão do cargo de Presidente da Escola de Medicina

A Presidente conferiu a palavra à Conselheira Ana João Rodrigues, por ter sido quem havia solicitado a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos. A Conselheira dirigiu-se ao Conselho informando ter pedido a inscrição deste ponto na ordem de trabalhos, por considerar importante que sejam conhecidas as razões concretas que conduziram ao pedido de demissão do Professor Nuno Sousa, bem como os impactos da mesma na atividade da Escola ao nível da direção pedagógica e da interação com a sociedade. Referiu ainda que, no seu entender, nessa auscultação poderão também ser identificadas as questões do Contrato-Programa celebrado entre a Escola de Medicina e a Reitoria que não terão correspondido à expectativa inicial da sua aplicação, na medida em que os Contratos-Programa têm sido apresentados pela Reitoria como um passo na descentralização e um dos possíveis caminhos para conferir às UOEl uma maior autonomia. Considerou que esta questão está diretamente relacionada com o subfinanciamento a que a Universidade tem vindo a ser sujeita, pelo que é importante conhecer outras visões sobre a estratégia e política de gestão da instituição.

Na qualidade de estudante da Escola de Medicina, a Conselheira Ana Margarida Gonçalves disse concordar com a iniciativa da Conselheira Ana João Rodrigues de solicitar a auscultação do Professor Nuno Sousa sobre as razões subjacentes à sua demissão, no que foi secundada pelo Conselheiro Luís Santos, tendo este último salientado a importância de o Conselho ouvir todos os contributos que permitam um conhecimento mais aprofundado das matérias sobre as quais tem de se pronunciar.

Sobre este ponto, o Conselheiro Tiago Miranda emitiu a sua opinião favorável à audição do Professor Nuno Sousa em sede do Plenário do Conselho, conforme inscrito no documento anexo à presente ata (Anexo II).

A Presidente colocou à votação a auscultação do Professor Nuno Sousa numa próxima reunião do Conselho, tendo esta sido aprovada por maioria dos membros presentes, com o voto contra do Conselheiro Paulo Sampaio e a abstenção da Conselheira Marta Mestre.

Terminada a ordem de trabalhos, e na sequência do debate ocorrido no ponto 2. Informação sobre as diligências e os contactos efetuados relativos ao financiamento da UMinho, a Presidente colocou à votação o texto da deliberação sobre a preocupação do Conselho com o subfinanciamento da UMinho, tendo este sido aprovado por unanimidade. Recordou de seguida que a próxima reunião plenária teria lugar no dia 22 de julho e informou que diligenciaria no sentido de nela ser ouvido o Professor Nuno Sousa, bem como a Coordenadora da Comissão responsável pela definição da Estratégia para a Prevenção do Assédio na UMinho, Professora Marlene Matos, com vista à apresentação do documento elaborado pela referida Comissão.

Concluídos os trabalhos, a Presidente agradeceu a todos as intervenções tidas ao longo da reunião e declarou finda a reunião às 18h40, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidente e pelo Secretário do Conselho.

A Presidente,

O Secretário,



Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

REUNIÃO PLENÁRIA N.º 6/2022

27 de junho 2022

Membro	Rubrica
Ana João Gomes Rodrigues	Ana J Rodrigues
Ana Margarida Silva Gonçalves	Ana Gonçalves
André Francisco Soares Carvalho Alves Teixeira	André Teixeira
Ángel Maria Carracedo Álvarez	Participação por videoconferência
António Carlos Fernandes Rodrigues	_____
Delfina Rosa Rocha Gomes	_____
Isabel Maria Costa Soares	_____
Joana Rodrigues Arantes Silva	_____
João Manuel Cardoso Rosas	_____
Joaquim Agostinho Castro de Freitas	_____
Luis António Martins Santos	Luis A.M.S.
Manuela da Assunção Borges Vaz Soares	_____
Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal	_____
Maria Joana Raposo Marques Vidal	_____
Marta Alexandra Teixeira Mestre	Marta Mestre
Nuno Miguel Dias Cerca	Participação por videoconferência
Patrícia Espinheira Sá Maciel	Participação por videoconferência
Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio	_____
Ricardo Duarte Faria Lopes	_____
Rui Jorge Machado Oliveira	_____
Tiago Filipe Silva Miranda	_____
Tiago José Quinteiros Lopes Henriques Silva	Participação por videoconferência
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	Victor Soares

Ponto 6 - Apreciação do Relatório de Atividades e aprovação das Contas Consolidadas da UMinho 2021, acompanhadas do parecer do fiscal único.

No ano transato absteve-me na votação das contas consolidadas do Grupo UMinho. Fi-lo por considerar que a trajetória financeira do Grupo, em particular da sua entidade-mãe, seguia um caminho de desequilíbrio estrutural e que esse diagnóstico não estava assumido no relatório, que atribuía o resultado negativo, fundamentalmente, ao impacto da pandemia e ao subfinanciamento. No entanto, as contas mostravam um crescimento significativo das despesas com pessoal (custos fixos) e um crescimento menor das receitas devidas, principalmente, à execução de projetos (receitas variáveis).

Este ano as contas consolidadas mostram que essa trajetória de desequilíbrio estrutural se mantém. No entanto, o diagnóstico apresentado pelo Sr. Reitor neste relatório aponta para as mesmas causas do ano transato, nomeadamente, a pandemia e o subfinanciamento. Se o subfinanciamento é uma realidade inescapável, também não deixa de ser verdade que existem outras Universidades com níveis de financiamento idênticos ou até inferiores ao nosso e que não se encontram, pelo menos aparentemente, na situação de debilidade financeira em que nós nos encontramos. Por outro lado, o impacto da pandemia no desempenho financeiro do grupo está por demonstrar neste relatório porque à exceção de um eventual impacto na atividade dos SASUM, as outras entidades participadas que consolidam no perímetro do Grupo UMinho revelam genericamente resultados positivos no exercício (com exceção do Instituto de design e da Casa Sarmento com valores marginalmente negativos) e relativamente à UM existe referência apenas a poupanças decorrentes da redução na aquisição de bens e serviços.

Vejamos, então, a trajetória dos resultados financeiros do Grupo UM e da UM individualmente.

Resultado do exercício do grupo UMinho:

2019: +1.1M€; 2020: -1.1M€; 2021: -1.5 M€

UM apenas:

2019: +1.2 M€; 2020: +78k€; 2021: -1.1 M€

Demonstra-se, assim, a consistente deterioração dos resultados financeiros obtidos. Vejamos, agora, quais são as causas principais para os resultados obtidos em 2021.

Sem retirar importância ao problema do subfinanciamento é importante salientar que ainda assim o orçamento da UM cresceu 7.3% em 2021 o que é significativamente superior aos 2.3% de 2020.

Relativamente ao impacto da pandemia (e colocando de parte os SASUM) a única referência explícita que encontrei no relatório é a redução em 3.1M€ na aquisição de bens e serviços devido ao menor número de projetos em execução e à redução da atividade devido à Covid. Ou seja, o único impacto quantificado são poupanças. Por isso, a afirmação do Sr. Reitor “desempenho financeiro severamente afetado pela pandemia” não parece validada pelos dados do relatório.

Os principais responsáveis pelos resultados negativos do grupo são a UM e os SASUM. Assim, as razões principais para o resultado negativo em -1.1M€ da UM deve-se, como referido na página 21 do relatório a:

1 - Acréscimo da massa salarial, ou seja, custos fixos, como já tinha acontecido no ano passado. Este ano o acréscimo é significativo também, permanecendo a dúvida quanto ao valor exato, já que na página 41 refere 1.7 M€ e na página 46, 2.5M€.

2 - Reforço das provisões, relacionado com a regularização dos PrevPaps, nomeadamente processos judiciais que a UM dá como perdidos. Eram de 583k€ em 2019, 777 k€ em 2020 e em 2021 aumentou 1.5 M€. Isto significa que, neste momento, a UM dá como perdidos processos judiciais no valor de quase 2.3 M€ e tem como passivos contingentes mais 682 k€ que a Universidade considera de baixo risco. Isto revela, em primeiro lugar, um nível de litigância muito elevado com funcionários da sua própria casa e um impacto significativo nas contas que a seu tempo teremos de analisar. Para além disso, este valor refere-se em grande parte a reposição de situações remuneratórias o que terá, também, impacto na despesa com recursos humanos no futuro, ou seja, agravamento de custos fixos. Aproveito para perguntar porque não há referência, no relatório, aos pagamentos referentes aos direitos passados à segurança social dos PrevPaps.

3 – Redução de transferências e subsídios. Este ponto está diretamente relacionado com a redução de verbas recebidas em projetos de I&D, em particular com os atrasos nos reembolsos das entidades financiadoras, mas também, e este ponto é significativo, com a redução do número de projetos aprovados e com o número de projetos em execução, o que é preocupante. Temos, também, uma redução de transferências relativas a projetos europeus que vai na direção oposta àquilo que deveria acontecer que seria um reforço em projetos europeus, que nos permitiria ter mais folga de tesouraria devido aos adiantamentos que proporcionam. Por isso, a afirmação que a atividade de investigação aumentou em 2021, referida na mensagem do Sr. Reitor, parece-me contrariada pelos dados do próprio relatório.

Assim, conclui-se que de facto a trajetória financeira da UM e do Grupo UM é negativa, como demonstram os resultados dos últimos 3 anos, e que as razões principais são estruturais e devem de ser assumidas, o que não acontece neste relatório. Dado não poder estar presente nesta reunião do CG não poderei votar este ponto, no entanto, gostaria de referir que o meu sentido de voto seria, à semelhança do ano passado, da abstenção relativamente às Contas Consolidadas do Grupo UMinho.

Quanto a soluções para este problema, como sabemos o CG em articulação com a Reitoria tem levado a cabo um conjunto de ações de sensibilização da tutela para a questão do subfinanciamento. No entanto, o resultado destes esforços está fora do nosso controlo e devemos procurar outros caminhos complementares.

Têm sido aventadas as hipóteses da contração de um empréstimo para apoio à execução de projetos e mesmo a possibilidade da alienação de património. Estou à vontade com a questão do empréstimo já que o programa da lista que integrei ao CG propunha “o estudo da viabilidade de recurso a instrumentos financeiros” e foi também para manter esta hipótese em aberto que votei favoravelmente à manutenção na UM do regime fundacional. Poderei também aceitar a alienação de património, no entanto apenas como solução de recurso, já que a minha preferência recairá sempre na sua rentabilização. No entanto, considero que a solução para o problema financeiro grave que atravessamos não deveria passar por medidas casuísticas e isoladas, mas basear-se num plano de médio prazo coeso e estruturado com metas controláveis, que fizesse uma análise da nossa estrutura de custos e receitas e apontasse caminhos para minorar os primeiros e majorar os últimos, que nos preparasse para o impacto da instabilidade financeira a nível internacional que certamente nos irá afetar num futuro próximo, e em que

medidas como o empréstimo e a eventual alienação do património pudessem ser inscritas, justificadas e enquadradas como medidas relevantes para o reequilíbrio financeiro e a retoma progressiva da normalidade de trabalho na UM.

Assim, lanço o repto à Reitoria para que, em conjunto com o CG, lance as bases para o desenvolvimento deste estudo que, para além de poder ser uma ferramenta essencial para reverter a trajetória financeira negativa e aliviar o estrangulamento que todos sofremos nas nossas atividades do dia-a-dia, permitiria dar esperança e motivação a todos os que por cá desenvolvem a sua atividade, e podermos, todos juntos, ultrapassar a situação complexa que a todos nos atinge.

Ponto 7 - Apreciação do Relatório de Atividades e Contas dos Serviços de Ação Social da UMinho 2021

Os SASUM tiveram em 2020 um resultado negativo de -1.229 M€. No ano em apreço, 2021, este valor foi de -0.834 M€. Se não podemos certamente ignorar o impacto que a pandemia teve neste resultado, também não podemos ignorar que os SASUM foram responsáveis por cerca de metade do valor negativo global do Grupo UMinho (-1.5 M€). Numa altura em que se debate uma alteração profunda da orgânica da Universidade via revisão estatutária considero que faria também sentido que se repensassem o estatuto de autonomia dos SASUM. Pergunto: faria sentido a integração dos SASUM na estrutura da UM? O que se poderia ganhar ou perder com esta reintegração? A duplicação de departamentos, divisões, gabinetes, etc. nos SASUM que também existem na Universidade é benéfica em termos de eficiência e racional em termos financeiros? Não cabe nesta reunião discutir estas questões já que o que está em causa são as contas mas penso que é uma discussão e uma reflexão que deveremos esboçar a curto prazo.

Não podendo votar por não estar presente na reunião gostaria no entanto declarar que o meu sentido de voto, neste caso, seria o da abstenção.

Ponto 8 - Apreciação da possibilidade de auscultação do Professor Nuno Sousa, na sequência da sua demissão do cargo de Presidente da Escola de Medicina.

Sou favorável à auscultação do Professor Nuno Sousa no CG.